

Fernanda Paula Sousa Maia

*Universidade Portucalense Infante D. Henrique*

## *Encontros e desencontros nas relações Portugal-Brasil: a propósito do tratado de 1836*

### Resumo

Com o presente trabalho, procuramos demonstrar como, no âmbito do discurso historiográfico sobre as relações Portugal-Brasil pós-1822, se impõe ultrapassar a tradicional retórica da afectividade, presente já no discurso parlamentar português do século XIX. Na verdade, os primeiros deputados portugueses viram-se forçados a construir um discurso novo sobre uma alteridade que só então emergia – o Brasil independente. A desconstrução do discurso parlamentar rapidamente nos conduziu à emergência de novas e complexas problemáticas até aí insuspeitadas que nos obrigaram a repensar as relações bilaterais entre os dois países muito para além dos termos cordiais dos documentos produzidos pelas chancelarias e outras fontes oficiais.

### Abstract

With this study, we aim to demonstrate the need to go beyond the traditional affective rhetoric found in historiographic discourse concerning the relations between Portugal and Brazil after 1822, already evident in the Portuguese parliamentary discourse of the 19<sup>th</sup> century. In fact, the first Portuguese members of parliament were forced to develop a new discourse regarding the alterity that was then emerging – the independence of Brazil. The deconstruction of parliamentary discourse quickly led to the appearance of new and complex problems that had not been detected before and forced us to rethink the bilateral relations between both countries, going far beyond the cordial terms of the documents produced by chanceries and other official sources.

Não deixa de causar surpresa, mesmo ao investigador mais desatento, a escassez de abordagens, sérias e cientificamente conduzidas, relativas às relações Portugal-Brasil, especialmente a partir do momento em que o Brasil se autonomiza como país independente. A constatação é tanto mais surpreendente quanto, todos o sabemos, desde o século XIX e particularmente no período salazarista, circularam abundantemente textos e até mesmo obras autónomas,

subscritos pelos mais reputados intelectuais do momento, nos quais o tema é invariavelmente tratado à luz de um assumido e indisfarçado sentimentalismo. A emoção e a afectividade são, aliás, dois dos escopos mais presentes na profusão de textos que chegaram até nós, dos dois lados do Atlântico. Essa visão unânime do problema teve de tal forma efeitos na comunidade académica que, até há muito pouco tempo, ninguém ousava, de uma forma clara, pôr em causa esta matriz de abordagem. Não deixa de ser curioso, por exemplo, que em Portugal uma das primeiras vozes dissonantes tenha sido a de um investigador norte-americano Henry Hunt Keith que, na década de 1980, publicou, na revista *Studia*, um artigo em língua inglesa, e por isso também de limitada circulação, significativamente intitulado *The symbiosis of love and hate in luso-brasilian relations, 1822-1922*.

Na verdade, como já tivemos a oportunidade de escrever noutra lugar, impõe-se, de uma vez por todas, junto da comunidade académica, “ultrapassar a tradicional e relativamente cómoda visão da natural convergência luso-brasileira”, e desvendar, “fora do quadro da mitologia oficial”<sup>2</sup>, a complexa teia de relações entre os dois países. Passado que é quase um século sobre a publicação daquela que constituiu a primeira tentativa de análise desapassionada do tema, o artigo de Fidelino de Figueiredo, intitulado *Um século de relações luso-brasileiras (1825-1925)*<sup>3</sup>, no qual este autor reagia violentamente contra o “acintoso desconhecimento” existente entre os dois países que, na sua opinião, assentava naquilo a que ele então chamou de “phantasias diplomaticas de aproximações maiores do que as feitas pela historia”<sup>4</sup>, só agora parecem começar a surgir vozes dissonantes a esta ortodoxia dominante.

Para este processo de revisitação dos nossos desencontros, curiosamente, muito parecem ter contribuído as comemorações dos 500 anos do achamento do Brasil. Na realidade, em tempo de celebrações, dos dois lados do Atlântico aproveitou-se, de alguma maneira, para rever a natureza benigna e ‘naturalmente’ sentimental do padrão retórico utilizado para analisar as relações luso-brasileiras, dando início àquilo que há muitos anos atrás Miguel Torga preconizara ao escrever “*Portugal deve fazer com o Brasil / o que certos autores exigentes fazem / com os livros que escrevem: / refundir sempre que possível a versão original*”<sup>5</sup>. Este processo desencadeia-se, logo no ano 2000, com a publicação conjunta de Amado Luiz Cervo e José Calvet de Magalhães, intitulada

<sup>1</sup> *Studia*. Lisboa, nº43-44 (Jan.-Dez. 1980), p. 325-342.

<sup>2</sup> MAIA, Fernanda Paula Sousa – *O discurso parlamentar português e as relações Portugal-Brasil: a Câmara dos Deputados (1826-1852)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002. p. 31.

<sup>3</sup> *Revista de História*. Lisboa, vol.14 (1925), p.161-188.

<sup>4</sup> FIGUEIREDO, Fidelino de – *Um século de relações luso-brasileiras...*, p. 162.

<sup>5</sup> *Traço de União: temas portugueses e brasileiros*. 2ª ed. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1969. p. 9.

*Depois das caravelas: as relações entre Portugal e o Brasil: 1808-2000*<sup>6</sup>. Embora de uma forma subtil, esta obra põe já a nu alguns dos equívocos que estiveram presentes ao longo dos quase duzentos anos de relações entre Portugal e o Brasil independente.

Estas vozes não estavam, no entanto, isoladas. Já em 1994, o investigador brasileiro Williams da Silva Gonçalves na sua dissertação de doutoramento apresentada na Universidade de São Paulo e publicada em Portugal em 2003, ao analisar as relações bilaterais entre o Brasil e Portugal na década de 1950, especialmente durante o governo de Juscelino Kubitschek, tinha deixado muito claro o papel dissuasor daquilo a que ele chamou de ‘retórica da afectividade’ para o estudo das relações entre os dois países<sup>7</sup>. Foi em busca do real significado desta matriz retórica que Williams Gonçalves nos descodificou discursos de académicos, revelou obscuros comportamentos de academias, intelectuais e diplomatas, desvendando muito para lá da cortina de fumo do discurso legitimador oficial. Do mesmo modo, para o período subsequente à independência, nós próprios, na nossa dissertação de doutoramento, apresentada no ano 2000, tivemos também ocasião de demonstrar de que forma os representantes parlamentares portugueses se viram forçados a construir um discurso novo sobre uma alteridade que só então emergia – o Brasil independente. Na verdade, a desconstrução do discurso parlamentar rapidamente nos conduziu à emergência de novas e complexas problemáticas até aí insuspeitadas que nos obrigaram a repensar as relações bilaterais entre os dois países muito para além dos termos cordiais dos documentos produzidos pelas chancelarias e outras fontes oficiais.

Um dos exemplos mais acabados deste ‘cauteloso’ relacionamento entre países, gerido, desde a independência do Brasil, com um cuidado cirúrgico por ambos os governos e diplomacias, acaba por ser o moroso e longo processo de negociação bilateral com vista à celebração de acordos diplomáticos ou tratados que consubstanciassem, na prática, a longa e indefectível *amizade* que, na linguagem oficial se dizia ligar as duas nações. Ora, não deixa de ser curioso constatar que tenham sido necessários quase 130 anos para rever o texto do primitivo tratado de 1825 no qual o monarca português, através de um plenipotenciário britânico – o embaixador Sir Charles Stuart –, havia reconhecido, embora a contragosto, a independência do Brasil. Na verdade, apenas em meados do século XX, mais precisamente no ano de 1953, é que foi possível reunir as condições ideais para que o Tratado de Amizade e Consulta visse a luz do dia, tornando-se, assim, no instrumento jurídico que, a partir daí, viria a enquadrar as relações políticas luso-brasileiras.

Por outro lado, como concluiu Williams da Silva Gonçalves, não deixa de ser

---

<sup>6</sup> Lisboa: Instituto Camões, 2000.

<sup>7</sup> *O realismo da fraternidade: Brasil-Portugal*. Lisboa: I.C.S., 2003.

surpreendente, mesmo para um observador desprevenido, o carácter incipiente das relações económicas e comerciais entre os dois países, em meados do século XX<sup>8</sup>. Para duas diplomacias que insistiam em apresentar as relações entre os dois países como fraternas e exemplares, silenciando desentendimentos e insistindo nos afectos e nos estreitos laços que uniam os dois povos, não deixa de ser significativa a longa ausência de negociações tendentes a oficializar, num qualquer acordo ou tratado, a parceria comercial. Embora não estejamos ainda em condições para adiantar as razões que ajudam a compreender este fenómeno na sua globalidade, por tudo aquilo que conhecemos, pelo menos relativamente ao século XIX, acreditamos que o relacionamento comercial parece ter sido um dos mais delicados e aquele que, pela sua susceptibilidade, mais facilmente poderia deitar a perder as conquistas político-diplomáticas entretanto alcançadas. Não admira, por isso, que os assuntos económicos e comerciais tenham sido responsáveis por alguns dos momentos mais melindrosos do relacionamento bilateral dos dois países nos últimos duzentos anos. Como pudemos já demonstrar, nos momentos mais difíceis suscitados, por exemplo, pelas dificuldades de colocação dos nossos vinhos nos mercados brasileiros, desabafos de mágoa, vexame e ofensa foram muitas vezes ouvidos em Portugal no Parlamento ou na imprensa periódica do século XIX, rapidamente silenciados ou desvalorizados por todos quantos sabiam que este caminho poderia deitar a perder todo o labor de uma ansiada aproximação entre povos. Por tudo isto que acabámos de afirmar, não deixa de ser interessante reanalisar todo o processo de relacionamento económico e comercial entre os dois países, procurando perceber melhor as razões do seu malogro, reconhecer os principais agentes intervenientes e identificar interesses em presença muito para além dos textos produzidos pelas chancelarias.

A leitura das actas das sessões parlamentares da Câmara dos Deputados da primeira metade do século XIX, no âmbito das discussões relativas às relações Portugal-Brasil, remete-nos para uma clara preferência pelos assuntos de natureza económica e comercial por parte dos representantes da nação portuguesa. Na verdade, como já escrevemos, entre os deputados perpassava então a crença generalizada da necessidade de ‘não perder o Brasil’ definitivamente, procurando projectar os antigos laços afectivos nas futuras transacções comerciais, exorcizando, de certo modo, as cláusulas do mal-fadado tratado de independência de 1825. Recebido em Portugal com grande mágoa e desapontamento, como testemunham os jornais da época, e considerado por Garrett, e por muitos outros intelectuais da época, como ‘afrontoso’ para os interesses de Portugal, desde cedo os políticos e diplomatas portugueses tentaram reformular as bases do relacionamento comercial aí estabelecidas, procurando chegar a um

---

<sup>8</sup> *O realismo da fraternidade: Brasil-Portugal*. Lisboa: I.C.S., 2003. p.197.

entendimento directo com os representantes do governo brasileiro, ou seja, negociar um novo texto diplomático.

Assim se devem entender os esforços do marquês de Palmela, enquanto embaixador de Portugal em Londres, no ano de 1828. Como já demonstrámos noutra parte, este diplomata, durante todo esse ano, procurou, de várias formas, pressionar o ministro brasileiro assistente na corte de Londres, no sentido de se iniciarem negociações bilaterais com vista à assinatura de um novo tratado de comércio. Aproveitando a necessidade brasileira de assegurar antecipadamente a definitiva abdicação de D. Pedro à coroa do reino de Portugal, dando origem à separação, em dois ramos, da casa de Bragança, o marquês de Palmela sugere ao seu congénere brasileiro a consagração desta pretensão, através da assinatura de um tratado entre os dois países, no qual ficassem também salvaguardadas as novas pretensões comerciais de Portugal<sup>9</sup>.

Bem longe destas negociações diplomáticas, os deputados no Parlamento e os políticos portugueses em geral, nos diversos fóruns a que tinham acesso, reclamavam em uníssono pela necessidade de ver reposta uma situação que, nas suas opiniões, havia sido fortemente prejudicada pela participação de um diplomata inglês nas negociações de 1825. Era então claro, para todos, que os interesses portugueses negociados por um estrangeiro tinham saído profundamente lesados nesse diploma. A assinatura de um novo tratado com o Brasil impunha-se, por isso, como um processo natural e inevitável de desanatematização da humilhante posição negocial portuguesa.

É neste quadro de esperança e de reposição da honra nacional que deve ser entendido o processo de negociação bilateral encetado no Rio de Janeiro, menos de dez anos depois da independência do Brasil, pelo diplomata Joaquim António de Magalhães, e que visava, em última análise, a assinatura de um novo tratado comercial entre os dois países, que chegaria efectivamente a ser firmado entre este diplomata e o então ministro interino dos Negócios Estrangeiros da nação sul-americana, José Inácio Borges, com data de 19 de Maio de 1836. No entanto, a sua não ratificação pelo Parlamento brasileiro acabaria por deixar profundas marcas nos deputados portugueses que, a partir de então, haveriam de aproveitar todas as ocasiões para expressar o ressentimento e a desilusão que tal facto teria produzido no seio da assembleia. Os desabafos, as desconfianças e as expressões de desânimo que se escutaram na Câmara de Deputados servem-nos para perceber que, a partir de então, em Portugal, estas questões económicas e comerciais seriam tratadas com uma reserva e prudência pouco habituais noutras questões, o que mostra bem a delicadeza destes assuntos e a extraordinária cautela observada por estes agentes políticos.

Aquilo que tinha sido, em grande parte, o resultado de uma recente orien-

---

<sup>9</sup> MAIA – *O discurso parlamentar português e as relações Portugal-Brasil...*, p. 322.

tação política do Parlamento brasileiro que, sobretudo após a aprovação da lei de 14 de Junho de 1831, optara por encetar uma maior vigilância sobre o processo de aprovação de novos instrumentos diplomáticos com países terceiros, e que se traduzira pela rejeição de novas propostas de renovação de tratados e de recusa na assinatura de novos, invocando a inexistência de uma verdadeira reciprocidade na sua execução, atitude que perduraria até ao fim do período monárquico, em 1889<sup>10</sup>, acabou por ser interpretado, em Portugal, como um acto de má vontade do Brasil e dos seus agentes políticos contra a antiga potência colonizadora.

Não estando ainda preparados para assumir um *corte* definitivo com o Brasil, e para o olhar como um parceiro comercial igual a qualquer outro, tal como preconizara, logo em 1827, o deputado Mouzinho da Silveira ao afirmar na Câmara dos Deputados que “a época dos monopólios está finda”, sublinhando, perante a incredulidade dos seus pares, que em Portugal não se pode continuar a “estar ainda com um espelho na mão para vêr se [o Brasil] ainda respira” para os interesses portugueses<sup>11</sup>, os políticos de então continuavam a acreditar que, mesmo depois da independência, não seria possível que o Brasil hostilizasse Portugal, esquecendo o longo passado comum que os unira. Não espanta, por isso, que a maioria dos deputados portugueses tenha alimentado uma atitude que teimava em recusar a ideia de virar definitivamente as costas ao Brasil e recomeçar tudo de novo, tratando este país ao mesmo nível de um qualquer outro parceiro. Assim se pode explicar a duradoura convicção da assembleia legislativa portuguesa, pelo menos durante quase toda a primeira metade de Oitocentos, da inevitabilidade da assinatura do tão desejado tratado de comércio com o Brasil. Esta seria, aliás, durante todo este período, a visão predominante entre os parlamentares que, em várias ocasiões, insistiram na necessidade de retomar a ligação comercial ao Brasil nos termos de um benefício que consideravam essencial, a que julgavam ter direito e que se recusavam dispensar. A recusa do Parlamento brasileiro em ratificar o Tratado de Comércio negociado por Joaquim António de Magalhães e tido pela diplomacia portuguesa, pelo menos durante algum tempo, como quase certo, acabaria por representar para Portugal mais do que uma simples recusa. Foi recebido como um verdadeiro golpe, o que ajuda a perceber melhor o pesado e significativo silêncio que sobre ele desceu, bem revelador, aliás, do aturdimento geral de uma Assembleia em estado de choque.

Foi para tentar compreender melhor este fenómeno que resolvemos ir um pouco mais para além dos silêncios e do desconforto causados, em Portugal, por

---

<sup>10</sup> CERVO, Amado Luiz – *O Parlamento brasileiro e as relações exteriores: 1826-1889*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. p. 39-40.

<sup>11</sup> MAIA – *O discurso parlamentar português e as relações Portugal-Brasil...*, p. 326.

esta inesperada recusa, avaliando as implicações deste revés para o futuro das relações luso-brasileiras. Para isso, utilizámos, não apenas as fontes parlamentares portuguesas, mas recorremos também a uma publicação, quase desconhecida entre nós, vinda a lume no ano de 1836, e editada no Rio de Janeiro, pela ‘Typ.[ografia] Imp.[erial] e Const.[itucional] de J. Villeneuve e Comp.’, sita na rua do Ouvidor nº 95, daquela cidade, sugestivamente intitulada “Collecção // de Documentos // relativos // ao Tratado de Commercio, // concluído // entre o Brazil e Portugal, // aos 19 de Maio de 1836”. Trata-se de uma publicação *in* 16 que, apesar de não possuir índice, pode ser dividida em quatro partes distintas entre si, a saber, a *primeira* abre com o texto do tratado, assinado em 19 de Maio de 1836, tal como foi apresentado à Comissão Diplomática da Câmara dos Deputados, cujo parecer aparece de seguida (p.5-14); a *segunda*, intitula-se ‘Artigos fugitivos publicados em varios jornaes a favor e contra o tratado’ (p.15-70); a *terceira*, reproduz a ‘Discussão na Camara dos Deputados’ deste assunto no âmbito da Ordem do Dia, reportando-se às sessões de 19, 20, 22 e 23 de Agosto de 1836 (p.71-121); e a *quarta* e última toma o título de ‘Mais artigos fugitivos’ publicados em periódicos vários, da Baía, de Pernambuco e do Rio de Janeiro, após a rejeição do tratado na Câmara dos Deputados (p.122-164).

O facto de incluir, nas transcrições de artigos de jornais que apresenta, uma notícia publicada em 13 de Outubro de 1836, faz-nos pensar que esta publicação veio a lume, com grande probabilidade, em finais desse mesmo ano, o que deve ser registado, tanto mais que, nesta época, o movimento tipográfico no Brasil era ainda relativamente reduzido. Instalada definitivamente em 1808, com a chegada do Príncipe D. João e da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro, fugidos aos exércitos franceses, a tipografia e a impressão assistem, então, ao seu primeiro momento de expansão que se prolongará, no Brasil, até à difusão do telégrafo. Trata-se de uma época fértil, em que o número de tipografias passa rapidamente de cinco para mais de 30, em 1831<sup>12</sup>, alimentando a edição de mais de uma centena de jornais e revistas que, nesta última data, circulam já autonomamente em quase todas as províncias do Império. A par da ‘Impressão Régia’, funcionavam então muitas outras tipografias e editoras particulares, como a primaz, na Baía, fundada pelo português Manuel António da Silva Serva, ou, no Rio de Janeiro, a ‘Tipografia de Moreira & Garcez’ (que funcionou até 1822), a ‘Tipografia Imperial de Seignot Plancher e Cia.’, a ‘Tipografia Universal’, dos irmãos Laemmert, ou esta de J. Villeneuve, que toma o nome daquele que tinha sido o introdutor da produção de caracteres móveis em Portugal, corria então o ano de 1732.

---

<sup>12</sup> IPANEMA, Cybelle de – A tipografia, o jornal, a revista e a charge. In *Brasiliana da Biblioteca Nacional: guia das fontes sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Nova Fronteira, 2001. p. 388.

Ora, o texto que temos perante nós, apesar de ser anónimo e de manter no silêncio quem foi, ou quem foram, os mentores desta publicação, embora pretenda parecer plural, constitui um autêntico libelo expurgatório aos actos do governo do regente. Por outro lado, escudando-se numa aparentemente inócua colectânea de opiniões dispersas em diversos jornais brasileiros da época e reproduzindo a discussão parlamentar sobre o tema, não esconde também uma clara estratégia de demolição da posição portuguesa no Brasil, bem reveladora das feridas ainda abertas pelo recente processo de independência, de que as tumultuosas e arrastadas negociações relativas ao pagamento, por parte do Brasil, do montante devido a Portugal, no âmbito do Tratado de 1825, são apenas um exemplo.

Na verdade, quando analisamos mais de perto as duas dezenas e meia de artigos de jornais brasileiros transcritos na colectânea, facilmente percebemos que a sua selecção foi tudo menos arbitrária. Como anos mais tarde, em 1840, o negociador português do tratado, Joaquim António de Magalhães, insinuaria na Assembleia parlamentar portuguesa, já no papel de deputado, procurando justificar o malogro do acordo diplomático de que ele havia sido protagonista, fora então muito perceptível no Brasil o clima de animosidade e de ressentimento contra os portugueses gerado em torno desse documento. Segundo as suas próprias palavras, o facto de os “homens cujas sympathias eram todas a favor de Portugal” terem saído entretanto do governo, dando origem a um “Ministerio cujas sympathias a respeito de Portugal eram negativas” ajudariam, em grande medida, a explicar a falta de empenho do governo brasileiro em fazer passar o documento no Parlamento, ao mesmo tempo que nos deixam perceber o carácter fracturante destas discussões. Apesar deste tipo de argumentação não colher a benevolência dos seus pares, que entretanto exigiram outro tipo de explicações, não podemos deixar de tentar perceber qual o verdadeiro significado do desabafo de Joaquim António de Magalhães<sup>13</sup>.

Na realidade, ao analisarmos a “Collecção de documentos...”, nomeadamente ao percorrermos os vários artigos de jornal transcritos, não podemos deixar de ficar surpreendidos com o predomínio de opiniões hostis relativamente a Portugal e ao referido tratado. De um total de 25 artigos, apenas 7 parecem concordar com o teor do texto negociado; a esmagadora maioria esgrime argumentos, muitas vezes de forma violenta, contra os negociadores, contra as cláusulas enunciadas e, até mesmo, contra a sua oportunidade política. A maioria é assinada por pseudónimos (“Hum brasileiro”, “Aristides”, “Hum provinciano”, “Tarantula”, “O inimigo dos privilegios”), por iniciais (P.Z.G.; P.B.) ou aparece mesmo anónimo, e apenas um, já depois do documento ter sido rejeitado pela Câmara de Deputados, surge com autoria identificável, o de Miguel

---

<sup>13</sup> MAIA – *O discurso parlamentar português e as relações Portugal-Brasil...*, p. 340.



Calmon du Pin e Almeida, nada mais, nada menos do que o primeiro subscritor do parecer favorável emitido pela Comissão Diplomática da Assembleia e, talvez aquele que, de uma forma mais vigorosa, no hemiciclo deu a cara pelo tratado, defendendo-o sempre que pôde nas várias ocasiões em que, contra ele, foram desferidos ataques. Esse longo artigo, publicado na *'Gazeta Commercial'* da Bahia, de 3 de Outubro de 1836, constitui, aliás, uma resposta a dois outros artigos, aparecidos no *'Diario da Bahia'* de 10 de Setembro e no *'Democrata'* de 17 do mesmo mês, nos quais o referido parlamentar havia sido alvo preferencial de ataques que classificaria como injúrias e calúnias à sua honra pessoal.

De qualquer modo, do conjunto de artigos transcritos, parece-nos indisfarçável a tensão causada na sociedade brasileira de então a assinatura deste tratado. O carácter fracturante destes temas é, aliás, por demais evidente na violência da argumentação utilizada, na linguagem acintosa que muitos empregam, na calúnia desbragada a que recorrem alguns colonistas, na sua grande parte leitores que enviam correspondência aos jornais em causa. Desde logo, porque a partir da argumentação apresentada, nos parece que foi sendo construída uma interpretação maniqueísta associada à atitude dos brasileiros, especialmente os políticos, face ao tratado – todos os que se lhe opunham, eram considerados patriotas; todos os que o defendiam, eram olhados como anti-patriotas. Não admira, por isso, que na argumentação dos que se manifestaram contra o tratado sejam perceptíveis ressentimentos vários, receios de um processo recolonizador por parte de Portugal, afronta aos direitos do Brasil e até mesmo algum ufanismo, sobretudo após a rejeição do documento na Câmara dos Deputados, como se pode constatar em expressões como “Parabens ó Brazil!”<sup>14</sup>, ou ainda desabaços do género “O Brazil não precisa ir mendigar, por assim dizer, o favor e a mercê de alguns freguezes; elle em breve virá a ser o emporio do mundo inteiro”<sup>15</sup>.

De facto, através da leitura dos artigos dos jornais que então se pronunciaram sobre este assunto, no Brasil, a memória da independência era ainda muito dolorosa e as feridas pareciam estar por cicatrizar. Ao mesmo tempo, verificava-se o contrário, em Portugal, como, em Julho de 1840, tinha afirmado no Parlamento Rodrigo da Fonseca Magalhães, enquanto Ministro do Reino, “por mais que se diga, ainda por muito tempo os Portuguezes cuidarão que tem no Brazil uma segunda Patria”<sup>16</sup>. O momento escolhido por Portugal para a consagração de um novo tratado com o Brasil não era, claramente, o momento mais oportuno do outro lado do Atlântico. E isso, recusaram-se os políticos portugueses a perceber, pelo menos, durante toda a primeira metade do século XIX. Apesar

---

<sup>14</sup> *Diario da Bahia*, de 10 de Setembro de 1836. In “Collecção de documentos...”, p. 127.

<sup>15</sup> *Jornal do Commercio*, de 22 de Julho de 1836. In “Collecção de documentos...”, p. 39.

<sup>16</sup> MAIA – *O discurso parlamentar português e as relações Portugal-Brasil...*, p. 342.

da insistência por parte dos diplomatas portugueses deslocados no Brasil, no sentido de se conseguir negociar e ratificar um novo acordo diplomático, o que é certo é que teriam que passar mais de cem anos para ele poder ver a luz do dia.

Os temores de recolonização e o melindre sentido por muitos na sequência do processo de independência era ainda bem vivo no Brasil de então, como se pode ler num artigo anónimo publicado no “Democrata” de 17 de Setembro desse ano, escrito numa linguagem chã e virulenta: “Quem diria, Brasileiros, que ao depois de tantos males, roubos e assassinos perpetrados pela corja luza contra nós em todos os pontos do Imperio, ainda Portugal se atrevesse a tentar contra nossa Independencia! Não se satisfazem esses chumbeiros besuntões com o que desfructão, e gozão no Brazil?! (...) e ainda tentão hum Tractado de recolonização!!!”<sup>17</sup>.

O ressentimento explícito nestas palavras, estende-se também, por exemplo, à forma pouco elevada como o representante de Portugal é tratado em alguns dos artigos de jornal. As insinuações explícitas que aparecem publicadas, por exemplo, no “Diario da Bahia” de 10 de Setembro de 1836, revelam bem do achincalhamento público a que o representante português no Brasil foi, então, sujeito. Acusado de seduzir e subornar “grandes funcionarios brasileiros, e empregados da primeira jerarchia”, bem como “deputados oradores e influentes”, através da “profusão de bailes”, “convivios e estudada urbanidade” e outros mimos que entre todos teria esbanjado na capital, imputava-se-lhe também a ‘manhosa’ amizade com o regente e com os mais influentes da Corte, insinuando-se ainda maliciosamente “que se fizerão promessas até de – Grãs-Cruzes de Torre e Espada, etc., etc.”<sup>18</sup>.

Recorde-se, aliás, que todas estas acusações se dirigiram não apenas para o diplomata português, mas também para todos os brasileiros que, na Câmara de Deputados, ousaram defender o referido tratado, nomeadamente o deputado Miguel Calmon du Pin e Almeida que chega a ser apodado malevolamente de “Embaixador Portuguez”. Um dos artigos mais violentos chega ao ponto de, sobre a sua actuação na Câmara dos Deputados, afirmar o seguinte “nunca se vio tão afflicto e desconcentrado; suava que parecia estar em huma estufa, quando sempre falla calmo e a sangue frio; invectivou hum por hum a todos os Deputados que se pronunciarão contra o Tractado, e avançava sempre, que elles não sabem da materia; pavoneou-se continuamente de ser o sabio por excellencia em materias de economia politica, direito publico e das gentes, e finalmente em diplomacia: elevou os Portuguezes ao zenith da gloria e do engrandecimento, devendo até os Brasileiros a elle agradecer a sua sorte presente”, terminando com o corrosivo comentário “Que bello procurador dos interesses do Brazil!”<sup>19</sup>.

<sup>17</sup> *O Democrata*, de 17 de Setembro de 1836. In “Collecção de documentos...”, p. 131.

<sup>18</sup> *Collecção de documentos...*, p. 123-124.

<sup>19</sup> *Diario da Bahia*, de 10 de Setembro de 1836. In “Collecção de documentos...”, p. 125-126.

Mas este, não é o único exemplo de que dispomos para ilustrar a má vontade e a animosidade então prevalecentes no Brasil relativamente a estes temas. Utilizando uma linguagem mais branda, muitos outros exemplos poderíamos aqui deixar, de uma nação que continuava a olhar para o clausulado do Tratado de 1825, nomeadamente a obrigatoriedade de pagar a Portugal dois milhões de libras esterlinas, como uma “injusta dívida” ou um “desgraçado Tratado” que inclui preceitos que, como se podia ler num dos artigos publicados, “escandalisam a todas as almas honestas e sizadas do paiz”<sup>20</sup>. Como um fervoroso opositor ao tratado, perguntava, de forma irónica: “Portugal nunca foi cousa alguma em outro tempo [época colonial], quanto mais agora, para merecer favores”<sup>21</sup>?

Por outro lado, a própria argumentação desenvolvida por todos aqueles que defenderam o tratado acaba por confirmar esta conclusão. De facto, a insistência em afirmações peremptórias e veementes como “firmada como está para sempre a nossa Independencia, perdidas como estão para Portugal as idéas de recolonização do Brazil; passadas as reacções de separação, e depois as apprehensões de huma restauração do Monarca nascido em Portugal, devem tambem cessar os ressentimentos e os receios” ou então, “agora he já tempo de voltar sem perigo ás sympathias de huma origem commum, e ás ligações de fraternidade que entre o Brazil e Portugal tem elementos mais intimos e mais duraveis do que em quaesquer Nações de huma mesma origem”<sup>22</sup>, são bem testemunho de um processo traumático, ainda inacabado. Por mais que se dissesse que “o tempo dos odios esta passado; cuidemos em cultivar relações amigaveis e de commercio” com Portugal, como se pode ler no ‘Paquete do Rio’ de 27 de Julho de 1836<sup>23</sup>, para a maioria dos brasileiros era ainda cedo para dar este passo.

No entanto, o aspecto que nos merece um registo especial são as insinuações, sempre directas, à animosidade existente relativamente à comunidade portuguesa residente no Brasil. Num momento em que, neste país, o “commercio [estava] em grande parte nas mãos de cidadãos nascidos em Portugal”, como se podia ler num artigo publicado n’ “O Indicador” de 11 de Junho de 1836, é natural que os ódios se canalizassem contra os portugueses, como vinha já acontecendo em algumas regiões do Brasil, nomeadamente no Pará. Não admira, por isso, que quando Joaquim António de Magalhães foi mandado para o Brasil tenha levado instruções claras no sentido de “proteger os súbditos portugueses contra as vexações e perseguições a que desgraçadamente se acham expostos naquele país e de tanto têm sido vítimas principalmente nas províncias do Norte”<sup>24</sup>. Apesar de, pelo menos até finais da década de 1830, o fenómeno da

<sup>20</sup> *Jornal do Commercio*, de 11 de Junho de 1836. In “Collecção de documentos...”, p. 22-23.

<sup>21</sup> *Sete d’Abril*, de 28 de Maio de 1836. In “Collecção de documentos...”, p. 16.

<sup>22</sup> *O Indicador*, de 11 de Junho de 1836. In “Collecção de documentos...”, p. 20.

<sup>23</sup> In “Collecção de documentos...”, p. 42.

<sup>24</sup> Cit. in CERVO, Amado Luiz – *Depois das Caravelas: as relações entre Portugal e o Brasil, 1808-2000*. Lisboa: Instituto Camões, 2000. p. 113.

emigração para o Brasil ainda não ser distintamente percebido como um problema nacional, por parte dos deputados portugueses, que se mostravam ainda pouco despertos para a verdadeira dimensão do problema<sup>25</sup>, não há dúvida que as perseguições movidas contra os portugueses em território brasileiro obrigaram os deputados a tomar mais rapidamente consciência do fenómeno. Na verdade, como se ouviria na Câmara de Deputados portuguesa, em várias ocasiões se sublinhou o facto de, no Brasil, “os Portuguezes são sempre aquelles, que são mais sacrificados”, evocando-se relatos como as perseguições, os roubos e assassinios acontecidos na sequência da revolução no Pará, em 1835, ou instigando-se o governo a enviar embarcações de guerra para a costa brasileira a fim de proteger os portugueses, concedendo-lhes asilo em caso de perseguição<sup>26</sup>, o que mostra bem de que forma a separação estava ainda, por muitos, a ser vivida de modo traumático e o quanto era cedo ainda para restabelecer uma ligação olhada sempre de forma desigual, sobretudo por quem tinha sido o elo mais fraco da relação.

Ora, na primeira metade de Oitocentos, Portugal esbarraria, muitas vezes, com este tipo de obstáculos que os deputados teimavam em não compreender. Ao insistir com os seus diplomatas na necessidade de concluir um tratado comercial com a nação brasileira, os sucessivos governos portugueses deste período mostraram que não estavam ainda prontos para compreender plenamente o processo de separação. E, de facto, esta seria apenas a primeira das ocasiões em que Portugal viu malogradas as suas iniciativas diplomáticas tendentes à assinatura de um acordo comercial com o Brasil. Na verdade, muitos outros diplomatas portugueses acreditados no Brasil levaram instruções claras para o conseguirem. Assim aconteceu com Joaquim César de Figanière e Mourão e, mais tarde, com Ildefonso Leopoldo Bayard. Em vão. Todos eles chocaram com a resistência de um Brasil que se havia, entretanto, fechado ao exterior, em nome de uma política proteccionista que a partir de então emergia. Assim, apesar das trocas comerciais entre os dois países continuarem a seguir o seu caminho, no futuro várias seriam as ocasiões de desencontro, quer a propósito da colocação no Brasil dos vinhos nacionais, ou dos episódios de importação de alimentos portugueses adulterados, quer a propósito das taxas alfandegárias em vigor. Talvez, assim, se compreendam melhor muitos dos silêncios que pairaram sobre a discussão destes temas e se possa aprofundar mais o conhecimento mútuo de dois povos que agora pretendem, à sua maneira, ir *em busca do tempo perdido*...

---

<sup>25</sup> MAIA – *O discurso parlamentar português e as relações Portugal-Brasil...*, p. 376.

<sup>26</sup> MAIA – *O discurso parlamentar português e as relações Portugal-Brasil...*, p. 386-387.